



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ageas Portugal Holdings, S.G.P.S., S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 884.262.976 euros e um total de capital próprio de 884.223.669 euros, incluindo um resultado líquido de 960 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Ageas Portugal Holdings, S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

### **Aquisição de participações financeiras**

Em 31 de Dezembro de 2016, a carteira de participações financeiras em subsidiárias totaliza 844.921.640 euros, as quais foram adquiridas em 2016 conforme divulgado nota 4 às demonstrações financeiras, representando cerca de 96% do total do activo àquela data.

Conforme a política contabilística descrita na alínea b) da nota II.1, as participações financeiras em subsidiárias encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a testes de imparidade.

#### **1. Transacção “under common control”**

Conforme descrito na nota 4, incluído neste valor encontra-se o total de 600.172.709 euros relativo a um conjunto de participações, as quais foram objecto de contribuição em espécie pela accionista único, a *Ageas Insurance International*, no ano de 2016 conforme mencionado nas notas 4 e 7.

Tratando-se de uma transacção “under common control”, e conforme referido na nota 4, as participações foram registadas na Entidade pelo valor contabilístico que as mesmas tinham no balanço da accionista.

#### **O risco**

Tendo o referido conjunto de participações financeiras no valor de 600.172.709 euros, sido transaccionadas e registadas em 2016 pelo valor contabilístico que as mesmas tinham no balanço da accionista, o Conselho de Administração procedeu à obtenção de avaliações de modo a verificar que o valor recuperável das mesmas não era inferior ao valor contabilístico.

A avaliação da recuperabilidade das participações financeiras depende da obtenção de negócios suficientemente rentáveis no futuro, sendo uma matéria subjectiva, devido à incerteza inerente às projecções financeiras e ao desconto dos fluxos de caixa futuros, uma vez que muitos dos pressupostos chave, tais como taxas de desconto, taxas de inflação e taxas de risco país, dependem de factores económicos, políticos e regulatórios do país em que as subsidiárias operam. Os pressupostos utilizados na avaliação da recuperabilidade do valor das subsidiárias encontram-se divulgados na nota 4.

#### **A nossa resposta ao risco identificado**

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Analisámos a apreciação efectuada pela Entidade do justo valor das subsidiárias contribuídas em espécie pelo accionista único da Entidade, incluindo os principais pressupostos considerados nos modelos de valorização de cada participação financeira, tendo sido envolvidos os nossos especialistas para esse efeito;
- Obtivemos os contratos de compra das acções e verificámos a titularidade das acções;
- Procedemos à leitura do Relatório de Revisor Oficial de Contas independente nos termos do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Avaliámos a adequabilidade das divulgações efectuadas nas demonstrações financeiras.

## 2. Outras aquisições de participações financeiras

Conforme pode ser analisado na nota 4, a carteira de participações financeiras inclui as participações detidas na Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A. e Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A., adquiridas no ano de 2016.

### O risco

As participações financeiras detidas nestas entidades foram registadas ao custo de aquisição, acrescido de despesas inerentes à compra, num total de 174.748.931 euros.

No ano de 2016 foi ainda efectuado um aumento de capital de 70.000.000 na Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A., o qual foi também registado ao custo.

### A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Obtivemos os contratos de compra das acções e a titularidade das acções;
- Verificámos a adequada contabilização das mesmas ao custo de aquisição;
- Verificámos a documentação inerente ao aumento de capital efectuado na subsidiária e o registo do mesmo na conservatória do registo comercial.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.





## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias

relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Ageas Portugal Holdings, S.A. desde a sua constituição em 2015. A Entidade passou a ser uma entidade de interesse público em 2016, tendo, em assembleia geral datada de 31 de Março de 2016, nomeado a nossa firma, como auditor estatutário para o quadriénio de 2016 a 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 31 de Março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.





- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços à Entidade.

Lisboa, 31 de Março de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Inês', written over a horizontal line.

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)